



CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

MANHÃ

P1 - CONHECIMENTOS GERAIS

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

ATENÇÃO

Sr. candidato,

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do CARTÃO-RESPOSTA .
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 15
Direito Administrativo	16 a 30
Administração e Gestão por Processos	31 a 45
Raciocínio Lógico - Quantitativo Analítico	46 a 55
Ética do Servidor na Administração Pública	56 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

“A amizade é um amor que nunca morre”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material incolor e transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a saída do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Concurso, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita**, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
12. Os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio, no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: A civilização contra o porrete

Recentemente, a 20 quilômetros da cidade de Frankfurt, Alemanha, pesquisadores encontraram um sítio arqueológico de sete mil anos, onde uma aldeia inteira teria sido exterminada por vizinhos inimigos enquanto dormia. Além dos golpes fatais na cabeça de cada um, havia, nesses restos mortais, sinais de torturas variadas espalhados pelos corpos das vítimas. Para começar, todos tinham as pernas quebradas, provavelmente para que não pudessem escapar à tortura.

Como os agrupamentos humanos do neolítico não passavam de algumas dezenas de pessoas, o número de mortos massacrados a porrete, incluindo crianças, seria equivalente a algo em torno de 40 milhões de brasileiros, se sofréssemos hoje um ataque das mesmas proporções. Diante disso, Hiroshima e Nagasaki não teriam passado de um entreviro desimportante, sem maiores pretensões e consequências.

Não deve ser, portanto, verdade que o homem nasce bom e se torna mau, que nasce puro e a sociedade o corrompe com seus hábitos, com seu desenvolvimento e progresso. Mesmo que não existisse o semelhante, o homem encontraria onde exprimir sua violência. O *bon sauvage* que Jean-Jacques Rousseau, um precursor da democracia moderna, anunciou no século XVIII, nunca existiu. O homem sempre foi violento e essa violência nunca foi provocada apenas por necessidades incontroláveis como a fome. Na verdade, a violência apenas como fruto de necessidades é, ao contrário, uma característica dos outros animais.

A violência é uma perversão da natureza humana. Ela está na origem da espécie, em sua luta pela sobrevivência, mas também no desejo de se impor ao outro. O homem é, por exemplo, o único animal capaz de torturar um seu igual, o único a fazer da violência uma manifestação cultural.

Grande parte dos crimes cometidos em nossas ruas é provocada por um desejo incontrolável produzido por nós mesmos, sem que a vítima tenha nada a ver com isso. Na maior parte das vezes, esse desejo tem origem em nosso exibicionismo, na necessidade de conquistarmos o que o outro já tem, fruto da propaganda que nos fala todo dia das maravilhas que não estão a nosso alcance. Só a educação pode evitar essa prática criminoso do desejo. Ou a civilização.

A civilização, ao contrário do que certos naturistas querem, inclusive alguns pais do Iluminismo, como o próprio Rousseau, é um conjunto de arranjos impostos às relações humanas para evitar a inevitável violência que não temos individualmente forças para conter. É como se fossem regras restritivas e sucessivas, criadas pela consciência humana por medo de sua própria violência. Um jeito de conviver com seu semelhante, sem necessidade de se impor pelo porrete.

É provável que nunca consigamos extinguir a violência entre os homens; mas essa fatalidade não justifica sermos solidários ou mesmo complacentes com ela. O papel da civilização será sempre o de domesticar a violência, criar condições para que ela não seja admissível e muito menos indispensável, seja na forma de guerras coletivas, seja na de conflitos individuais. Nenhum de seus formatos é justo, mesmo que exercido em nome de ideologias, de programas políticos, de lutas pelo poder. Se as ideias exigem violência para se concretizarem, elas devem estar erradas.

Cacá Diegues. O *Globo*, 30/08/2015. Fragmento.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/a-civilizacao-contra-porrete-17344948#ixzz3kiZVuJ3E>

01. De acordo com os sentidos construídos no texto, pelo autor, é correto afirmar que:
 - (A) a violência humana decorre de contingências adversas
 - (B) o progresso da sociedade corrompe o homem
 - (C) uma civilização ao contrário é o que certos naturistas querem
 - (D) o desejo humano de se impor ao semelhante gera violência

02. No quinto parágrafo, há um verbo e vários pronomes flexionados na primeira pessoa do plural. Nesse contexto, essa flexão abrange, além do autor:
 - (A) a humanidade de modo geral
 - (B) os que praticam violência sem ter nada a ver com crime
 - (C) o universo dos leitores do texto
 - (D) especificamente a população incivilizada e incontida

03. Em sua argumentação, o autor refere-se aos "pais" do Iluminismo e especificamente a Jean-Jacques Rousseau, com o propósito de:
 - (A) por causa da violência, questionar as bases e a existência da democracia moderna
 - (B) como confirmação de suas próprias hipóteses, apoiar-se na citação dessas autoridades
 - (C) em defesa da civilização, contrapor-se a ideias disseminadas por esse pensador
 - (D) com apoio em evidências, corroborar as teorias veiculadas durante o século XVIII

04. O adjetivo *neolítico*, empregado no segundo parágrafo, refere-se àquilo que diz respeito à chamada Idade da Pedra Polida. Os radicais gregos que compõem esse vocábulo participam na formação das palavras listadas a seguir. Há **incorreção** no significado que se indica para:
 - (A) *neonazismo* = movimento de revivescência do nazismo; *litolatria* = adoração à pedra
 - (B) *neologismo* = palavra ou expressão estrangeira numa língua; *litomancia* = processo de gravura executado sobre pedra
 - (C) *neonatal* = referente ao recém-nascido; *litosfera* = crosta, parte externa consolidada da Terra
 - (D) *neozelandês* = pertencente ou relativo à Nova Zelândia; *litoclastia* = processo de reduzir cálculos da bexiga a fragmentos

05. "É provável que nunca **conseguamos** extinguir a violência entre os homens". Ao alterar o verbo em negrito para a forma *conseguíssemos*, o segmento torna-se **incorreto**, por quebra do paralelismo sintático, caso se flexione o primeiro verbo da seguinte forma:
 - (A) teria sido
 - (B) será
 - (C) seria
 - (D) era

06. “É provável **que** nunca consigamos extinguir a violência”. Nesse segmento, o termo em destaque é uma conjunção integrante. Pertence a essa mesma classe gramatical o **que** existente em:
- (A) provavelmente para **que** não pudessem escapar
 (B) fruto da propaganda **que** nos fala todo dia das maravilhas
 (C) maravilhas **que** não estão a nosso alcance
 (D) Não deve ser, portanto, verdade **que** o homem nasce bom
07. Em “evitar a inevitável violência”, o autor emprega o recurso expressivo que se denomina antítese. Isso, porém, **não** se verifica no seguinte fragmento:
- (A) Na maior parte das vezes, esse desejo tem origem em nosso exibicionismo
 (B) O homem sempre foi violento e essa violência nunca foi provocada apenas por necessidades
 (C) nasce puro e a sociedade o corrompe com seus hábitos
 (D) o homem nasce bom e se torna mau
08. “**Se** as ideias exigem violência para se concretizarem, elas devem estar erradas”. A conjunção inicial em destaque estabelece, nessa frase, a seguinte relação lógica:
- (A) conclusão
 (B) concessão
 (C) condição
 (D) explicação
09. “Não deve ser, **portanto**, verdade que o homem nasce bom e se torna mau”. A relação lógica estabelecida nesse segmento mantém-se, caso o conector em destaque seja substituído por:
- (A) entretanto
 (B) porque
 (C) pois
 (D) contudo
10. “uma aldeia inteira **teria sido exterminada** por vizinhos”. A forma verbal em destaque encontra-se na voz passiva, opção que eleva à condição de sujeito aquele que sofre a ação verbal. Também ocorre voz passiva em:
- (A) essa violência nunca foi provocada apenas por necessidades incontroláveis
 (B) o número de mortos massacrados a porrete, incluindo crianças, seria equivalente a algo
 (C) havia, nesses restos mortais, sinais de torturas variadas espalhados pelos corpos das vítimas
 (D) criar condições para que ela não seja admissível e muito menos indispensável
11. “**Mesmo que não existisse o semelhante**, o homem encontraria onde exprimir sua violência.” Mantém-se a relação concessiva expressa na oração em destaque, caso essa frase seja reescrita da seguinte forma:
- (A) Uma vez que não existisse o semelhante, o homem encontraria onde exprimir sua violência.
 (B) Visto que não existisse o semelhante, o homem encontraria onde exprimir sua violência.
 (C) Sem que existisse o semelhante, o homem encontraria onde exprimir sua violência.
 (D) Posto que não existisse o semelhante, o homem encontraria onde exprimir sua violência.
12. “exercido em nome de ideologias, de programas políticos, de lutas pelo poder”. Nesse contexto, as vírgulas são utilizadas pelo mesmo motivo sintático que justifica seu uso em:
- (A) Recentemente, a 20 quilômetros da cidade de Frankfurt, Alemanha, pesquisadores encontraram
 (B) Na verdade, a violência apenas como fruto de necessidades é, ao contrário, uma característica
 (C) regras restritivas e sucessivas, criadas pela consciência humana
 (D) a sociedade o corrompe com seus hábitos, com seu desenvolvimento e progresso
13. “para que não pudessem escapar à tortura”. Assim como se constata nesse segmento, é obrigatório empregar o sinal grave indicativo de crase em:
- (A) A violência inclui-se entre as principais preocupações das pessoas e o medo passou a ser um sentimento comum.
 (B) O desafio do combate a violência envolve valorização e defesa dos direitos humanos.
 (C) Ao se denunciar o atual quadro de violência urbana, é preciso considerar os fatores que conduziram a tal situação.
 (D) A circunstância de a violência parecer afetar-nos indistintamente nos torna solidários.
14. “sem necessidade de se **impor** pelo porrete”. O verbo em destaque encontra-se na forma nominal do infinitivo. Segundo as normas gramaticais para a língua padrão, essa mesma forma preenche corretamente a lacuna existente em:
- (A) Todos devem zelar pela proteção daquele que não se ____ pela força bruta.
 (B) É preciso que a valorização da vida se ____, para reduzir a banalização do mal.
 (C) É indispensável que adultos educadores possam ____ limites mediante o diálogo.
 (D) Quando a sociedade ____ novos valores por meio da educação, haverá menos violência.
15. Há **incorreção** quanto à correção gramatical e à coerência, na seguinte frase:
- (A) Um impulso de todos os humanos é a agressividade; esta é necessária para enfrentar adversidades e nutrir ambições, de modo a favorecer o crescimento pessoal.
 (B) O apelo midiático ao consumo ocasiona frustração; contudo, quanto maior for a fragilidade e a insegurança do indivíduo, maior as possibilidades de se gerar manifestações violentas.
 (C) Um comportamento violento do ser humano constitui atitude que causa danos físicos, psicológicos ou morais aos outros ou a si próprio.
 (D) O convívio baseia-se em *compartilhar*; logo, quando isso vai sendo progressivamente substituído por *competir*, multiplicam-se os índices de intolerância e violência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. De acordo com o entendimento doutrinário, são princípios administrativos reconhecidos:
- (A) princípio da moralidade e princípio da segurança jurídica
 - (B) princípio da supremacia do interesse público e princípio da legalidade
 - (C) princípio da autotutela e princípio da supremacia do interesse público
 - (D) princípio da publicidade e princípio da impessoalidade
17. De acordo com o entendimento doutrinário, sobre as espécies de contratos administrativos, é possível afirmar que:
- (A) as concessões de serviço público visam a consentir que pessoa privada se utilize de bem pertencente a pessoa jurídica de direito público e execute o serviço público
 - (B) as concessões de uso de bem público visam somente a consentir que pessoa privada se utilize de bem pertencente a pessoa jurídica de direito público
 - (C) as permissões de serviços públicos têm por objeto a delegação da execução de serviço público a pessoa privada ou ente despersonalizado
 - (D) as autorizações de serviços públicos têm por objeto a delegação da execução e gestão de serviço público a pessoa privada
18. De acordo com o expressamente disposto na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, denomina-se:
- (A) pregão eletrônico
 - (B) leilão
 - (C) convite
 - (D) tomada de preços
19. De acordo com o expressamente disposto na Lei do Pregão (Lei 10.520/02), o prazo de validade das propostas será de:
- (A) sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital
 - (B) noventa dias, se outro não estiver fixado no edital
 - (C) sessenta dias, prorrogáveis por igual período
 - (D) cento e vinte dias, improrrogáveis
20. De acordo com o expressamente disposto na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), para obras e serviços de engenharia com valor estimado de contratação de até cento e cinquenta mil reais, será utilizada a modalidade de licitação denominada:
- (A) leilão
 - (B) tomada de preços
 - (C) consórcio global
 - (D) convite
21. De acordo com o expressamente disposto na Lei do Pregão (Lei 10.520/02), a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará a seguinte regra:
- (A) adoção do critério menor preço para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital
 - (B) exigência de aquisição do edital e garantia de proposta, como condição para participação no certame e pagamento de taxas, tarifas públicas e emolumentos, que serão inferiores ao custo global do certame
 - (C) adoção do critério menor técnica e preço para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital
 - (D) exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame e pagamento de taxas, tarifas públicas e emolumentos, que serão inferiores ao custo global do certame
22. De acordo com o expressamente disposto na Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos (Lei nº 8.987/95), a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, denomina-se:
- (A) reversão
 - (B) encampação
 - (C) tredestinação
 - (D) caducidade
23. De acordo com o entendimento doutrinário, sobre agentes de fato, é possível afirmar que:
- (A) agentes putativos são os que desempenham uma atividade pública na presunção de que há ilegitimidade, embora tenha havido a investidura legal
 - (B) agentes excepcionais são aqueles que praticam atos e executam atividades em situações excepcionais, em colaboração com o Poder Público e como se fossem agentes de direito
 - (C) agentes necessários são aqueles que praticam atos e executam atividades em situações excepcionais, em colaboração com o Poder Público e como se fossem agentes de direito
 - (D) agentes cartesianos são aqueles que praticam atos e executam atividades em situação de emergência, como se fossem agentes de direito

24. De acordo com o expressamente disposto na Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos (Lei nº 8.987/95), a intervenção na concessão será feita por meio de:
- lei, que conterà a designação do interventor, o prazo e as condições da intervenção e os objetivos e limites da medida
 - decreto do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida
 - lei complementar, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida
 - decreto legislativo do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo e as condições da intervenção e os objetivos e limites da medida
25. De acordo com a classificação doutrinária, os bens públicos que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral denominam-se:
- bens de uso especial
 - bens de uso comum do povo
 - bens de domínio eminente
 - bens dominicais
26. De acordo com o expressamente disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente e será:
- semestralmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função
 - semestralmente atualizada e na data em que o agente público iniciar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função
 - trimestralmente atualizada e na data em que o agente público iniciar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função
 - anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função
27. De acordo com o expressamente disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), as ações destinadas a levar a efeito as sanções nela previstas podem ser propostas até:
- oito anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança
 - dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança
 - cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança
 - vinte anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança
28. De acordo com o entendimento doutrinário, é uma atividade implicitamente monopolizada:
- a refinação do sal nacional ou estrangeiro
 - o transporte marítimo do petróleo nacional de origem bruta
 - a exploração de serviços de telecomunicações
 - a lavra de hidrocarbonetos fluidos e sólidos
29. De acordo com o entendimento doutrinário, o fato administrativo pelo qual o Estado se apropria de bem particular, sem observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia denomina-se:
- desapropriação indireta
 - desapropriação confiscatória
 - requisição administrativa
 - ocupação administrativa
30. De acordo com o entendimento doutrinário, sobre o controle da Administração Pública, é possível afirmar que:
- controle externo é forma de controle financeiro exercido pelo Tribunal de Contas, órgão que integra a estrutura do Poder Legislativo, destinado à verificação dos atos de gestão financeira
 - controle interno é forma de controle financeiro pelo qual cada Poder deve possuir, em sua estrutura, órgãos especialmente destinados à verificação dos recursos do erário
 - controle interno é forma de controle político pelo qual o Poder Legislativo deve possuir, em sua estrutura, órgãos especialmente destinados à verificação dos recursos do erário
 - controle externo é forma de controle político exercido pelo Tribunal de Contas, órgão que integra a estrutura do Poder Judiciário, destinado à verificação dos atos públicos de gestão

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO POR PROCESSOS

31. O tipo de estratégia empresarial que deve ser utilizada quando se deseja garantir um domínio atual e ao mesmo tempo buscar, localizar e explorar novas oportunidades e mercados, é a:
- ofensiva
 - defensiva
 - analítica
 - reativa
32. O nível da empresa e o tipo de planejamento envolvidos quando se deseja projetar ações de longo prazo voltadas para seu ambiente de tarefa, com elevado grau de incertezas e abrangendo a organização como um todo é, respectivamente:
- institucional, estratégico
 - operacional, tático
 - intermediário, estratégico
 - institucional, tático
33. Tem como características a ênfase na tecnologia e a introversão, apresentando como vantagem o melhor arranjo físico e a disposição dos recursos e como desvantagem a pouca flexibilidade e dificuldade de adaptação às mudanças. Trata-se da departamentalização por:
- projeto
 - processo
 - produto
 - clientela

34. Os processos de negócios são compreendidos como os fluxos de trabalho que atendem a um ou mais objetivos da organização e proporcionam agregação de valor do ponto de vista do cliente. Smith destaca como características dos processos de negócios o fato de serem:
- (A) extensos e complexos
 - (B) simples e automatizados
 - (C) estáticos e segmentados
 - (D) duradouros e independentes de pessoas
35. Compreender as diferenças entre as abordagens administrativas que envolvem os processos de negócios das organizações evita iniciativas dispendiosas. Nesse contexto, a abordagem que utiliza a gestão por processo tem consolidada a seguinte característica diferencial:
- (A) capacitação voltada ao ajuste da função
 - (B) sistema de informações com foco em áreas funcionais
 - (C) cadeia de comando centrada nos resultados
 - (D) trabalho repetitivo e com escopo reduzido
36. No modelo de características do trabalho, a dimensão que está relacionada com o grau de percepção para conclusão de uma tarefa no seu todo, é:
- (A) autonomia da tarefa
 - (B) identidade da tarefa
 - (C) significância da tarefa
 - (D) variedade de tarefa
37. O modelo mental de locais para criação de conhecimento, segundo Nonaka, combina os conhecimentos tácito e explícito entre os indivíduos, grupos e organizações. O ambiente que propicia a criação do conhecimento que envolve tornar explícito o conhecimento tácito, de forma que possa ser entendido pelos outros, é denominado ambiente de:
- (A) socialização
 - (B) externalização
 - (C) internalização
 - (D) combinação
38. Nas abordagens para a medição da eficácia organizacional, a que avalia a habilidade da organização de ser inovadora e funcionar rápida e responsabilmente, com o objetivo de melhorar a tomada de decisão e aumentar o ritmo de inovação de produtos, é a abordagem:
- (A) técnica
 - (B) de recursos externos
 - (C) de controle
 - (D) de sistemas internos
39. Considere, que em uma organização, um diretor crê que seja difícil avaliar o quão bem o agente atua uma vez que este agente possui vantagens de informações e tem um incentivo para alcançar metas e objetivos diferentes dos que possui o diretor. Nesse caso, pode-se afirmar que é possível que ocorra um problema de:
- (A) *self-dealing*
 - (B) risco moral
 - (C) assédio moral
 - (D) *feedback*
40. A estratégia utilizada para gerenciar interdependências simbióticas para recursos, que neutraliza forças problemáticas no ambiente específico, é a do tipo:
- (A) reputação
 - (B) alianças estratégicas
 - (C) fusões e aquisições
 - (D) cooptação
41. Cada desenho organizacional tem uma implicação no comportamento e no desempenho das empresas. Com relação às estruturas orgânicas, pode-se afirmar que as organizações fazem o seguinte tipo de escolha:
- (A) utilizam mecanismos de integração simples com hierarquia de autoridade claramente definida
 - (B) mantém-se a autoridade da alta administração para controlar as tarefas
 - (C) utilizam forças-tarefas e equipes como mecanismos de integração
 - (D) usam intensivamente regras escritas para coordenar tarefas, com processo de trabalho previsível
42. O tipo de isomorfismo que ocorre quando as organizações assemelham-se umas às outras ao longo do tempo, porque indiretamente passam a adotar as mesmas normas e valores de outras organizações do seu ambiente, é o:
- (A) linear
 - (B) mimético
 - (C) normativo
 - (D) coercitivo
43. Há um modelo que revira o processo de tomada de decisão e argumenta que os gestores têm a mesma propensão de iniciar a tomada de decisão tanto pelo lado da solução, quanto pelo lado do problema. Assim, criam os problemas para resolver com soluções já disponíveis. Trata-se do modelo denominado:
- (A) não estruturado
 - (B) Garbage Can
 - (C) Carnegie
 - (D) incrementalista
44. Segundo Davenport & Prusak, para que uma informação se transforme em conhecimento, as pessoas precisam fazer todo trabalho. Tal transformação ocorre mediante as seguintes atividades criadoras do conhecimento:
- (A) contextualização, categorização, processamento e cálculo
 - (B) condensação, comparação, categorização e cálculo
 - (C) comparação, consequência, conexão e conversão
 - (D) conversão, conexão, condensação e processamento
45. O estudo de tempos e movimentos para definir o modo mais eficiente de trabalho; a comparação entre práticas de administração de diferentes organizações e o estudo da localização das indústrias, tomando por base a proximidade de fontes de matérias-primas são ideias originalmente propostas por:
- (A) Frederick Taylor
 - (B) Henry Ford
 - (C) Henri Fayol
 - (D) Charles Babbage

RACIOCÍNIO LÓGICO - QUANTITATIVO ANALÍTICO

46. Um casal tem 4 filhos. Atualmente, a soma das idades desse casal é 107 anos, e a soma das idades dos filhos é 82 anos. Seja X o número de anos necessários para que a soma das idades dos filhos seja maior do que a soma das idades dos pais. O menor valor possível de X corresponde a:
- (A) 14
(B) 13
(C) 12
(D) 11
47. Carolina leu no jornal que a probabilidade de chover no dia do seu aniversário é de 90%. Se chover nesse dia, a probabilidade de Carolina ir à escola é de 30% e, se não chover, a probabilidade de Carolina ir à escola é de 50%. A probabilidade de Carolina faltar à escola no dia do seu aniversário é de:
- (A) 74%
(B) 73%
(C) 68%
(D) 65%
48. Uma empresa ofereceu a um grupo de 65 funcionários a possibilidade de se inscreverem em três cursos de aperfeiçoamento: X, Y e Z. A tabela abaixo mostra a quantidade de funcionários inscritos nesses cursos.

	Curso X	Curso Y	Curso Z	Cursos X e Y	Cursos X e Z	Cursos Y e Z	Nenhum dos 3 cursos
Nº de inscritos	27	29	33	11	10	14	6

O número de funcionários que se inscreveram nos três cursos corresponde a:

- (A) 3
(B) 4
(C) 5
(D) 6
49. Considere-se um grupo formado por N contadores e 8 engenheiros, sendo $N > 3$. Seja Q o número de comissões que podem ser formadas com 2 contadores e 2 engenheiros. Se $Q = 588$, o valor de N corresponde a:
- (A) 7
(B) 8
(C) 9
(D) 10

50. Em uma empresa, o gerente afixou o seguinte informe no quadro de avisos: "Se um funcionário não faltar em determinado mês, ganhará um bônus de 100 reais". Pode-se concluir corretamente que, em determinado mês:
- (A) se um funcionário não ganhou um bônus de 100 reais, então ele faltou
(B) se um funcionário não ganhou um bônus de 100 reais, então ele não faltou
(C) se um funcionário ganhou um bônus de 100 reais, então ele faltou
(D) se um funcionário ganhou um bônus de 100 reais, então ele não faltou
51. Considerem-se os seguintes argumentos:

ARGUMENTO DE JOÃO: "Se eu ganhar um aumento, então não me casarei. Eu me casarei e terei um filho. Logo, terei um filho se, e somente se, ganhar um aumento."

ARGUMENTO DE MARIA: "Se eu me formar, então conseguirei um emprego. Portanto, se eu não me formar, então não conseguirei um emprego."

Os argumentos de João e de Maria são, respectivamente, classificados como:

- (A) válido e válido
(B) inválido e válido
(C) inválido e inválido
(D) válido e inválido
52. Observe-se a seguinte linha de uma tabela-verdade, em que cada uma das letras X e Y substitui um dos valores lógicos V (verdadeiro) ou F (falso).

P	Q	R	$P \wedge R$	$R \rightarrow Q$	$(R \rightarrow Q) \leftrightarrow (P \wedge R)$
V	X	V	V	F	Y

Dessa forma, os valores lógicos que substituem corretamente as letras X e Y, respectivamente, são:

- (A) F e V
(B) F e F
(C) V e F
(D) V e V

53. Sabe-se que as seguintes proposições são verdadeiras:
- Se o time A não é campeão, então o time B se classifica para a Copa Libertadores.
 - O time B não se classifica para a Copa Libertadores ou o time C se classifica para a Copa Sul-Americana.
 - O time C se classifica para a Copa Sul-Americana se, e somente se, o time D não for rebaixado.
 - O time D é rebaixado e o time E vence a última partida.
- Portanto, é necessariamente verdadeiro que:
- (A) o time B não se classifica para a Copa Libertadores se, e somente se, o time D não é rebaixado.
- (B) o time A não é campeão e o time E vence a última partida.
- (C) o time B se classifica para a Copa Libertadores ou o time D não é rebaixado.
- (D) se o time C se classifica para a Copa Sul-Americana, então o time A é campeão.
54. Considere-se a proposição “todo dia em que choveu, Maria ficou triste”. Uma forma equivalente dessa proposição é a seguinte:
- (A) se Maria não ficou triste, então choveu
- (B) se Maria ficou triste, então choveu
- (C) se Maria não ficou triste, então não choveu
- (D) se não choveu, então Maria não ficou triste
55. Considere-se a seguinte proposição: “se eu passar no concurso, então vou comprar um carro”. A negação dessa proposição é:
- (A) se eu não passar no concurso, então não vou comprar um carro
- (B) eu vou passar no concurso e não vou comprar um carro
- (C) se eu passar no concurso, então não vou comprar um carro
- (D) eu não vou passar no concurso e não vou comprar um carro

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

56. De acordo com o expressamente disposto no Código Penal, a conduta de deixar o funcionário público, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, configura crime de:
- (A) advocacia administrativa
- (B) condescendência criminosa
- (C) corrupção passiva
- (D) peculato culposo
57. De acordo com o expressamente disposto no Código Penal, a conduta de omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante configura crime de:
- (A) falsificação de documento público
- (B) uso de documento falso
- (C) falsidade ideológica
- (D) falsidade filatélica
58. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro (Decreto Municipal nº 13.319, de 20 de outubro de 1994) expressamente prevê como dever fundamental do servidor público:
- (A) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos e morais que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos, essenciais ao desenvolvimento ordenado da sociedade
- (B) ter respeito à hierarquia, ordem e disciplina, porém com a devida cautela de representar contra qualquer comprometimento indevido ou imoral da estrutura em que se funda o Poder Estatal
- (C) ser cortês e ter urbanidade, respeitando a capacidade e as limitações individuais dos usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito evitando causar-lhes dano material ou moral
- (D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum
59. De acordo com o expressamente disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), a conduta de permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado constitui ato de improbidade administrativa que:
- (A) causa prejuízo ao erário
- (B) atenta contra os princípios da Administração Pública
- (C) importa enriquecimento ilícito
- (D) atenta contra a moral pública
60. De acordo com o expressamente disposto na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) sobre crimes e penas, é possível afirmar que a conduta de admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo prevê pena de:
- (A) detenção de três a seis anos e multa
- (B) detenção de seis meses a dois anos e multa
- (C) reclusão de quatro meses a três anos ou multa
- (D) reclusão de seis a doze anos e multa

RASCUNHO

RASCUNHO